

## Capítulo IV

Os últimos africanos: nações pretas que se extinguem

Raymundo Nina Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, RN. *Os africanos no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. pp. 106-129. Os últimos africanos: nações pretas que se extinguem. ISBN: 978-85-7982-010-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## CAPÍTULO IV

### **Os últimos africanos: Nações pretas que se extinguem**

#### Sumário:

I. Os africanos na América: tendência incoercível à repatriação. II. Os derradeiros africanos existentes no Brasil; seu número: próxima extinção total; a atividade dos sobreviventes. III. As nacionalidades africanas, denominações populares dadas aos povos negros na Bahia. IV. Os Nagôs. V. Os Geges. VI. Os Minas. VII. Os Haussás. VIII. Os Tapas ou Mifês. IX. Os Bornus. X. Os Gruncis ou Galinhas. XI. Os Fulás ou Filanins. XII. Os Mandingas ou Mandês. XIII. Os negros Tus ou Bantus: Congos ou Cabindas, Angolas, Benguelas, Cassanges, Moçambiques, Macuas, etc. XIV. Usos e costumes africanos.

I. A condição de escravos, em que desde o começo se acharam no Brasil os negros Africanos, habituou-nos a considerá-los simples coisa e a não levar em linha de conta os seus sentimentos, as suas aspirações, a sua vontade. Procede daí a afirmação de que o Africano importado pelo tráfico se nacionalizou, adotando por sua a nova pátria. Este fato, que é plenamente verdadeiro, do negro crioulo, absolutamente não se verificou com o negro africano. Na América, eles se segregam da população geral em cujo seio vivem e trabalham, para se fechar ou limitar aos pequenos círculos ou colônias das diversas nações pretas. Conservam zelosamente a sua língua, as suas tradições, as suas crenças e sobretudo alimentam até à morte a suprema aspiração de ver ainda uma vez a terra dos seus maiores. Foi presa de bem profunda emoção, que assisti em 1897 uma turma de velhos Nagôs e Haussás, já bem perto do termo da existência, muitos de passo incerto e cobertos de alvas cãs tão seródias na sua raça, atravessar a cidade em alvoroço, a embarcar para a África, em busca da paz do túmulo nas mesmas plagas em que tiveram o berço. Dolorosa impressão a daquela gente, estrangeira no seio do povo que a vira envelhecer curvada ao cativo e que agora, tão alheio e intrigado diante da ruidosa satisfação dos inválidos que se iam, como da recolhida tristeza dos que ficavam, assistia, indiferente ou possuído de efêmera curiosidade, àquele emocionante espetáculo da restituição aos penates dos despojos de uma raça destroçada pela escravidão. E, perante aquela cena comovente, a quantos espíritos teriam assaltado as graves cogitações dos benefícios e males que a este país trouxera e nele deixava aquela gente negra que, nas formas de uma satisfação, avisada e inconfessável, de puros interesses mercantis, o destino inconsciente dos povos atirara um dia na América latina? Também velhos e gastos, partiam agora sem saudades nem maldições, que já longe vão extintas as pulsações da gana de lucros com que eram recebidos os negreiros do tráfico.

Mas a eles que, moços e vigorosos, aqui deviam ter aportado com o ódio no coração, quantas desilusões não reserva ainda esta tardia e gélida peregrinação da velhice? A África real jamais poderá realizar, para a geada invernal dos pobres velhos, a sorridente primavera a que a imaginação escaldada da mocidade estivera a emprestar, durante todo o longo martírio do cativo, doçuras e encantos de pura fantasia.

Outro deve ser ao certo o sentir daquela gente, que, filhos de outros sóis e de outro país, afinam as vibrações das suas almas em notas diferentes das do branco. Mas confusas ou nítidas, percebidas na clara aspiração de um desejo formulado, ou tateadas na inconsciência instintiva de uma necessidade orgânica a satisfazer, este apego à terra natal despe os refulgos da alma negra e deixa ver claro que nem a escravidão conseguiu matar os impulsos do coração, nem os atrativos da nova pátria os desfizeram numa integração absoluta e incondicional ao meio novo. Inúmeras partidas tinham precedido esta de 1897. Em 1878 escrevia o Dr. B. Ferris a respeito da Costa dos Escravos:

Os antigos escravos libertos chegam em massa à antiga pátria, vindos do Brasil, das Antilhas, de Santa Helena e trazendo consigo dos seus compatriotas os conhecimentos que receberam no seio de países mais civilizados.

Das que a seguiram uma se tornou falada pelas dolorosas peripécias que a acompanharam. Em princípios de abril de 1899, partiu desta cidade para Lagos o patacho *Aliança*, levando 60 passageiros quase todos velhos Africanos, Nagôs e Haussás, que se repatriavam. O navio, que partira de carta suja, foi assaltado em viagem de moléstia epidêmica que se diz ter sido a difteria. Doze velhos sucumbiram e foram lançados ao mar, os sobreviventes tiveram de passar em Lagos a um navio de guerra inglês, sofrer quarentena e observação. Assim, como outrora na caça dos cruzeiros, ou nas refregas das tempestades, o Barea pirata aligeirava o peso, lançando ao mar a carga humana; assim na trajetória do regresso, para o símile ser completo, muitos tiveram o túmulo no oceano.

Tudo isto demonstra que a afirmação do governo monárquico<sup>1</sup>, de que os africanos apreendidos ao tráfico acabaram preferindo espontaneamente ficar no Brasil a ser reexportados para África, não passou de recurso para se eximir de oneroso encargo, reconhecidamente impraticável. O governo brasileiro tinha-se comprometido com o inglês a repatriar os negros de contrabando encontrados nos navios negreiros apreendidos. Mas o número deles se tornou tão avultado que as despesas estavam superiores aos recursos do tesouro nacional.

---

<sup>1</sup> *Diário Oficial* de 27 de agosto de 1864.

II. Acredito que não atingirá a muito mais de quinhentos o número dos velhos africanos que ainda hoje vivem na Bahia. À míngua de estatísticas, não é este um cálculo positivo. Não me aparto, porém, do cômputo de cerca de dois mil em que eu os calculava quando há mais de dez anos comecei a estudar os nossos negros. A estatística da mortalidade desta cidade é o único dado seguro por que podemos aferir a exatidão do cálculo. Ora, de 1896, quando começou a publicação dos boletins demográficos, a 1903, faleceram nesta cidade 1.484 africanos assim distribuídos:

1896	110	h.	55	m.	55
1897	258		102		156
1898	200		104		96
1899	209		99		110
1900	151		64		87
1901	152		78		74
1902	202		66		136
1903	202		66		136

Se a estes Algarismos acrescentarmos, mais ou menos, quinhentos africanos vivos, teremos o cálculo aproximado de dois mil em que os estimávamos então.

Como se vê, a razão ou proporção de mortalidade mareada nesta estatística indica, de modo iniludível, que se trata, no caso, de uma verdadeira extinção a passo rápido da colônia africana, apenas representada nos últimos velhinhos sobreviventes.

Não se creia que o mesmo cálculo possa ser estendido ao resto do Estado da Bahia. Depois da abolição em 1888, os africanos afluíram todos para esta cidade e nela concentraram-se. Apenas um número muito limitado ainda vive nas cidades do centro, em Cachoeira, Santo Amaro, Feira de Santana, em um ou outro engenho da zona açucareira do Estado.

Passou para eles o período das grandes atividades. Limitam-se hoje ao pequeno comércio e a fretes. As mulheres, em vendas ou quitandas, nas portas das casas, ou ambulantes em tabuleiros, praticam o comércio urbano de comidas feitas, especialmente dos preparados culinários Africanos, muito do sabor da população, de condimentos, frutos, legumes, produtos da Costa, (xoxó, abuxó, azeite de dendê, banha, obi, pequenos objetos de

serventia doméstica, contas usadas na África e utilizadas nas práticas do culto nagô-gege). Dos homens, os mais válidos são ganhadores ou mariolas; poucos conduzem ou carregam as últimas cadeirinhas ou palanquins, outros são aguadeiros; alguns, pequenos lavradores ou criadores nos arrabaldes ou roças da vizinhança da cidade. Outros são ainda criados ou encarregados de zelar pelo asseio dos grandes prédios da cidade baixa ou comercial. A este encargo fazem jus pela reputação de probidade de que gozam.

São submissos, ordeiros, zelosos e econômicos. Alguns fizeram pequenas fortunas bem regulares, muitos foram ou são proprietários. Nenhum, porém, tem nome influente, ou figurou de grande negociante ou proprietário rico.

III. Preferem a convivência dos patrícios, pois sabem que, se os teme pela reputação de feiticeiros, não os estima a população crioula.

Não se vá crer no entanto, que isolados da população mestiça e crioula, se fundam todos os africanos em uma colônia estrangeira grande e uniforme. Cada qual procura e vive com os de sua terra e são os sentimentos e as afinidades da pátria que nesta cidade repartem os derradeiros africanos em pequenos círculos ou sociedades. As nações ainda numerosas possuem os seus cantos, sítios da cidade onde, a tecer chapéus ou cestas de palha e a praticar das gratas recordações da mocidade, os velhinhos aguardam fretes. Na cidade baixa, nos Arcos de Santa Bárbara ficam os Guruncis. Passos adiante, entre os Arcos de Santa Bárbara e o Hotel das Nações, alguns velhinhos, cansados e modorrentes, últimos representantes da outrora enérgica, belicosa e aguerrida colônia dos Haussás, ali diariamente se reúnem. Mais numerosos são os cantos dos Nagôs. No canto do Mercado, rua do Comércio ao lado dos Cobertos Grandes, em mais de um ponto na rua das Princesas em frente aos grandes escritórios comerciais, se congregam velhos nagôs, ainda fortes, robustos, numerosos e faladores. São também de nagôs os cantos da cidade alta. No canto da rua da Ajudá por traz do edifício da Câmara Municipal, no largo da Piedade em frente ao Convento, no da porta da casa que fica junto ao Hotel Paris, na Ladeira de São Bento, se reúnem negros desta procedência. Nestes dois últimos cantos estão os africanos que ainda possuem e carregam os palanquins que em tempos passados e no domínio da escravidão foram os carros de praça ou eram os veículos de luxo das classes ricas. No canto do Campo Grande, vindo do Forte de São Pedro a alguns nagôs se reúnem

uns três ou quatro gêges. Na rua das Mercês, canto de São Raimundo, reúnem-se negros minas, dois ou três. Na Baixa dos Sapateiros, canto da rua da Vala, reúnem-se africanos de diversas nacionalidades.

As mulheres são encontradas neste último ponto, na rua da Vala canto de São Miguel, na rua do Guadalupe, na rua do Cabeça e largo Dois de Julho, no cais de desembarque, na ladeira do Boqueirão em Santo Antônio. Em geral não se separam tanto, Como os homens, segundo as suas nacionalidades.

Menção especial requerem aqui as denominações populares, que tem ou receberam na Bahia as diversas nações africanas. Quem quer que se proponha mais tarde a estudar os africanos no Brasil se perderá em inextricáveis conjecturas se não conhecer bem os equivalentes brasileiros dos nomes dos povos africanos que importamos. Posso julgar o que virão a ser mais tarde essas dificuldades pelas que encontro agora, apesar de ainda existirem entre nós representantes de muitas delas.

Como os Franceses, na Bahia chamamos Nagôs a todos os negros da Costa dos Escravos que falam a língua iorubana. Desta procedência, tivemos escravos de todas as pequenas nações daquele grupo, de Oió, capital de Iorubá, de Ilorin, Ijesa, Ibadan, Ifé, Lebú, Egbá, Lagos, etc.. Alguns destes nomes acham-se muito deformados entre nós. Na palavra Egbá por exemplo, muitos negros não pronunciam o *g*, donde vem encontrar-se em documentos do tráfico e da escravidão a designação de negros de *Ebá* ou simplesmente negros *Bá*. Assim ainda em relação a *Ijesá*. O *s* iorubano tem aqui o som de *x* e o *j* de *dg*; a palavra se pronuncia pois idjêxá, que facilmente soa *di gêxa*, donde provieram para os documentos oficiais os negros *Gexás*.

Os negros da Costa dos Escravos, que os Franceses chamam *Evés* ou *Eués* e os ingleses *Ewes*, são entre nós chamados Geges. João Ribeiro parece acreditar que sejam os *Xexys* os nossos Gêges. Mas os *Xexys* eram negros bantus como ensina Martius, em quem, Como expressamente declara, se inspirou João Ribeiro.

E as minhas observações não deixam a menor dúvida sobre a proveniência sudanesa da importante colônia gege da Rabie, Verneau<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Verneau, *Les races humaines*, Paris, pág. 252.

reserva o nome de *Gege* para os negros de origem daomana que habitam Porto-Novo.

A denominação *Gege* vem do nome da zona ou território da Costa dos Escravos que vai de Bageida a Akraqu e que os ingleses escrevem *Geng*, mas que os negros pronunciam antes *egége*. Neste território estão o pequeno Popô e Agweh donde veio para o Brasil avultado número de escravos, já no domínio comercial dos pequenos estados vizinhos de Ajudá, já mais tarde quando os venceu e suplantou Dahomey. Alguns negros gêges conhecem o termo genérico *Ewe*, cuja pronúncia melhor se representaria acrescentando à palavra francesa *Eoués* um *h* fortemente aspirado, por esta forma *Ehuês*.

Em alguns casos, a população faz simples aproximações fonéticas. Dos negros de Cameron, hoje possessão alemã, fizeram na Bahia os negros *Camarões*.

Menos justificável é o erro que cometem os escritores pátrios em relação aos negros *Haussás*. Nas línguas européias modernas, esta palavra pouca modificação apresenta. *Hausa* em inglês, *Hausa* em alemão, *Haoussa*, em francês; *Haussá* em italiano, espanhol e português.

Entre nós, a população inteira, africanos como nacionais, pronuncia corretamente — *Haussá* e é mesmo muito conhecido o preparado culinário denominado — *arroz de Haussá*, que em altas vozes mercam as negras pelas ruas. Não se compreende, portanto, a razão por que haviam os nossos historiadores de crismá-los de *Uçás* (Visconde de Porto Seguro)<sup>3</sup> ou *Ussás* (Dr. Vicente Viana)<sup>4</sup>. De fato, já nas cartas para S. Majestade, enviadas pelos governadores da colônia se encontra escrito — *negros Ussás* e este erro tende cada vez mais a propagar-se e até a agravar-se. Com efeito, na *Memória Histórica da Bahia*, do Dr. Vicente Viana, na referência ao governo do Conde dos Arcos o termo *Ussá* saiu escrito *Assú*, simples erro tipográfico, porquanto na parte relativa ao Conde da Ponte está escrito *Ussá*. Pois bem, o erro tipográfico da obra do Dr. Vicente Viana já está reproduzido no artigo de Vila-Lobos<sup>5</sup> sobre o Conde dos Arcos publicado

<sup>3</sup> Porto Seguro, *Hist. Geral*, t. II, pág. 1.078.

<sup>4</sup> Dr. Vicente Viana, *Memória sobre o Estado da Bahia*, 1893.

<sup>5</sup> Vila-Lobos, *Catálogo alfabético da biblioteca do Senado Federal*, Rio de Janeiro, 1898. Nota à Introdução, pág. 23.

no *Jornal do Comércio*. Aparentemente de todo insignificante, esta incorreção acabará criando grandes dificuldades futuras aos que se dedicam ao estudo da nossa história.

Outras vezes se aplicou no Brasil aos negros uma denominação inteiramente nova, como os *Guruncis* chamados Galinhas.

IV. NAGÔS. Os *Nagôs* são ainda hoje os africanos mais numerosos e influentes neste Estado. Existiam aqui de quase todas as pequenas nações iorubanas. Os mais numerosos são os de Oyó, capital do reino de Iorubá, que naturalmente foram exportados ao tempo que os Haussás invadiram o reino, destruíram sua capital e tornaram Ilorin. Depois em ordem decrescente de número, vêm os de Ijêsá, de que sobretudo há muitas mulheres. Depois, os de Egbá, principalmente da sua capital Abeokutá. Em menor número são os de Lagos, Ketú Ibadan. Apenas conheci um negro do Ifé. Conheci três de Yebú, dos quais o que estacionava todos os dias na porta do conhecido Bazar 65, de cujos proprietários foi escravo, acaba de falecer. Em geral, os *Nagôs*, do centro da Costa dos Escravos, os de Oyó, Ilorin, Ijêsá, etc., são quase todos, na Bahia, musulmis, males ou muçulmanos, e a seus compatriotas se deve atribuir a grande revolta de 1835.

Os *Nagôs* usam tatuagens muito variadas. E os da Bahia oferecem dois tipos bem distintos. Nuns a cor é negra carregada, os caracteres da raça muito acentuados, dolicocefalos, prognatas, lábios grossos e pendentes, nariz chato, cabelo bem carapinha, talão saliente, gastrocnemios pouco desenvolvidos. São homens altos, corpulentos, vigorosos.

Os outros têm uma cor clara, quase dos nossos mulatos escuros, menos desenvolvidos e parecendo menos fortes, possuem os caracteres da raça negra, embora sem a exuberância que apresentam os primeiros.

É com os *Nagôs* que se mantém as nossas relações comerciais diretas com a Costa d'África. Navios de vela faziam ainda há pouco tempo viagens, 3 a 4 por ano, para Lagos. Neles quase sempre vinham *Nagôs* negociantes, falando iorubano e inglês, e trazendo noz de cola, cawris, objetos do culto gege-iorubano, sabão, pano da Costa, etc.. Hoje a comunicação se faz pelos paquetes ingleses, tomando-se em Dakar vapores diretos para Lagos.

É impossível calcular o tempo de que data a introdução dos *Nagôs* no Brasil. Só no começo do século XIX se tornou conhecido dos Europeus o poderoso reino de Iorubá. Nação central, foram as invasões haussás que os repeliram para a costa e fizeram fundar Lagos que tão saliente papel representou no tráfico africano. Mas o exemplo dos Haussás, Bornus, Guruncis, etc., mostra que bem escusada era a existência de portos ou a proximidade da costa, para se dar a emigração dos cativos das guerras ou das razzias anuais. Em todo o caso, está demonstrado que dos fins do século XVIII até quase metade do século XIX, os *Nagôs* foram largamente introduzidos no Brasil e exerceram decidida influência na constituição do nosso meio social mestiço. Pode-se afirmar com segurança, como atesta o bom estado de conservação em que se acham muitos, que eles foram introduzidos não só depois dos trabalhos de limitação do tráfico ao Sul da África (1817), mas ainda por muito tempo após a proibição total do tráfico (1831).

V. GEGES. Está hoje em extremo reduzido neste Estado o número dos negros Geges, Ewes ou Evés. Não possuem mais canto ou sítio especial de reunião; são encontrados disseminados pela cidade, uns no Campo Grande, outros na rua da Poeira, alguns no comércio, na cidade baixa ou na Baixa dos Sapateiros. Acham-se mais ou menos na mesma proporção os dois sexos. Conheço alguns do Dahomey, mas quase todos são do litoral, de Ajudá ou Whydah, do Grande e Pequeno Popô, de Agbomi, Kotonú. Dos negros centrais muitos se dizem *Efan* mas se mostram distintos dos Daomanos e tem por tatuagem característica uma queimadura na fronte. Outros são *Mahis*, pequeno povo situado no norte do Dahomey e por este cruamente perseguido. Duas famílias *Mahis*, que residiam na ladeira da fonte de São Pedro e hoje reduzidas a um só velhinho, me forneceram grande cópia das informações que possuo sobre a colônia gege da Bahia.

Muito grande devia ter sido, porém, o número dos negros Geges introduzidos neste Estado.

No século XVII, os Geges de Ardra ou Alada desempenharam, Como foi referido, papel saliente na guerra contra os Holandeses. E tão importante foi o elemento gege na Bahia que os libertos repatriados fundaram ali uma cidade de Porto Seguro, nome tornado, segundo Féris, à cidade baiana do mesmo nome.

A época remota de que data a supremacia comercial de Whydah, o São João de Ajuda, dos portugueses, e a antecessora do Dahomey no empório do comércio de escravos da Costa dos Escravos; a história das guerras do Dahomey com as tribos gêges da costa e das ilhas, vencidas e suplantadas nas vantagens do comércio de escravos, o grande e prolongado valimento de Felix Sousa, o Chahá de Whydah, junto ao rei Gezo, autorizam esse juízo que tem plena confirmação na influência exercida pelos Geges nas Crenças, nas tradições dos outros africanos no Brasil, como nas da população mestiça e crioula do país.

Tão grandes e íntimas foram as relações comerciais de Whydah com a Bahia que chefes de casas comerciais desta cidade chegavam a receber distinções honoríficas do governo do Dahomey. A fig. 5 reproduz o emblema do posto ou título de *cabeceira*, ministro ou príncipe, conferido por aquele governo ao Sr. Francisco Cardoso, antigo e importante negociante português da praça da Bahia.

Para julgar-se do valor desta oferta é preciso conhecer a utilidade prática da bengala na costa d'África. Hagen dela nos dá notícia nos seguintes termos:

Antes de fazer uma viagem, o Europeu deve sempre ter cuidado de munir-se duma insígnia especial pertencente a um grande chefe ou ao próprio rei. Assim, no Dahomey, o livre percurso só é concedido ao Branco que leva consigo a bengala do Chachá. É assim que se chama o chefe encarregado das relações entre os estrangeiros e o rei do país. Em Porto Novo, o uso da bengala ou do bastão, como passaporte, é muito empregado. A bengala do rei Tofá é absolutamente indispensável para se ir ter às vilas afastadas da capital, a Pokeak por exemplo. Então pode-se viajar com toda a segurança. Para ir-se a Abeokutá, deve-se pedir ao rei desta grande cidade (80.000 almas) uma insígnia especial: uma cauda de cavalo montada em um cabo de marfim. Graças a ela, o viajante acha abertos e praticáveis todos os caminhos: se não a possui, opõem-lhe tal força de inércia que tem de renunciar a viagem. O uso do bastão está também em vigor quando uma pessoa quer anunciar a sua chegada, apresentar as suas saudações ao chefe da cidade ou ao rei. Em tais casos, envia-se-lhe um intérprete conduzindo a bengala que se usa habitualmente: o rei ou o chefe vê então que realmente ele vem em nome do viajante.

VI. MINAS. É aos negros de línguas *Tshi* e *Gá* da Costa do Ouro que os africanos da Bahia reservam o nome de negros *Minas*. De todos os negros da Costa do Ouro e dos Escravos são estes os que se acham agora mais reduzidos em número. Até hoje apenas consegui ver uns cinco. O número deles devia, no entanto, ter sido muito avultado há um ou mais séculos atrás. O forte de El-Mina, ou da *Mina*, por que estream os portugueses no comércio de escravos em grosso, foi empório de tal ordem desse comércio que chegou a tornar sinônimos os termos africano e mina.

Em viagem que fiz ao Maranhão em 1896, fui visitar os últimos negros africanos que existiam na capital daquele Estado e que são ali geralmente conhecidos por negros Minas. Eram duas velhas, uma gege, hemiplégica e presa a uma rede de que não mais se levantava, e a outra, uma nagô de Abeokutá, ainda forte e capaz de fazer longas caminhadas, residindo ambas em pequenas casinhas nas proximidades de São Pantaleão. Na Bahia, a tradição dos Minas está bem conservada. Os africanos distinguem perfeitamente duas espécies de Minas: *Minas-Ashantis*, que em geral chamam *Minas Santés*, e *Minas-Popos*. Estes últimos são negros de língua Tshi que atravessaram o Volta e ocuparam uma pequena zona do território dos Geges. A reputação da crueldade sanguinária dos *Ashantis*, a fama de Cumassi, sua capital, estão ainda bem vivas na tradição dos nossos Africanos. Não encontrei vestígio algum direto dos negros Fantis, mas a eles há referências repetidas nos documentos coloniais e, como veremos adiante, sob a denominação etnográfica de Fantis, a existência deles na Bahia é indicada pelo Conde dos Arcos.

Na enumeração das nações negras mais utilizadas no Rio de Janeiro, menciona Debret os Minas, Minas-Nejôs, Minas-Mahiys e Minas-Cavalos. É difícil saber ao certo a que povo se referem essas denominações populares. É provável que, na denominação genérica de Minas, se compreendessem no Rio de Janeiro, onde dominavam os Bantus, todos os povos da Costa do Marfim, do Ouro e dos Escravos. Os Minas-Mahiys são provavelmente os Geges-Mahiys, como é provável que sejam nagôs os Minas-Nejôs de Debret. Seria para surpreender que os Nagôs não tivessem sido introduzidos naquela região. Não sei se será uma simples aproximação de palavras a semelhança que tem com o termo “nagô” a denominação popular de “Nagôas” por que era conhecida no Rio de Janeiro uma das mais

afamadas das suas maltas de capoeiras. Não estou habilitado a dar uma solução positiva a esta suposição.

Estou informado de que existem hoje negros Nagôs no Rio de Janeiro. Não prova isso, todavia, uma importação direta da África, pois em certo período da escravidão a lavoura de café no sul do país promoveu para ali uma grande importação dos escravos do norte.

VII. HAUSSÁS. Dos negros superequatoriais ou sudaneses só mais quatro povos se encontram ainda hoje na Bahia, com vestígios regulares de nação e tendo exercido influência apreciável nos colonos pretos: os Haussás, os Tapas, os Bornus e os Gruncis.

A gloriosa tradição dos Haussás, no Estado da Bahia, mantém-se viva tanto na história das sublevações de escravos que está escrita e pode ser reconstruída sob documentos, como na provável superioridade dos seus mestiços e descendentes crioulos, o que hoje é apenas licito concluir ou inferir daquilo que delesse sabe. Os velhos Haussás que ainda vivem na Bahia são todos males ou muçulmanos. No entanto, é de prever que para o Brasil devia ter vindo grande massa de Haussás fetichistas ou infiéis como os tratavam os Fulahs vencedores. As lutas civis de que foi teatro o Haussá, as guerras religiosas que deram a supremacia ao Islamismo criaram uma condição de inferioridade social para os negros fetichistas, principalmente para os Goberuas, que estavam assim naturalmente indicados para o tráfico.

A conversão ao Islamismo devia, pois, ter-se completado, no Brasil. E daí vem que, embora muçulmanos, os Haussás da Bahia são todos negros. A maior parte é das vizinhanças ou domínios de Sókotô, alguns de Katsena, alguns das proximidades de Kano. No entanto, pretendem alguns Haussás ser de sangue filanim e essa pretensão não é de todo desarrazoada para alguns. Conheço *alufás* de traços fisionômicos tão corretos e de tipo branco que é permitido acreditar sejam produtos mestiços com os Fulahs.

Pode-se dizer que a colônia haussá foi aniquilada após a revolução de 1813. O massacre dos revoltosos ou sublevados, a prevenção e os rigores com que daí por diante foram tratados os escravos desta nacionalidade, a deportação para a África pelo governo e a tenacidade em regressar espontaneamente a ela desde que começou a libertação, foram outras tantas causas que influíram para reduzir de modo extraordinário a importância e a

ascendência desta colônia negra, transferidas depois disso aos Nagôs, aos quais se aliaram ainda em diversas sublevações posteriores.

VIII. TAPAS, NIFÊS OU NUPÊS. A denominação de Tapas por que são conhecidos entre nós os negros que mais se fundiram com os Haussás na Bahia, que com estes partilharam da superioridade e do ascendente tirados do ensino muçulmano, não é aquela por que nas obras de etnografia mais geralmente são eles designados. Aí são chamados Nupês ou Nifês, nomes estes quase desconhecidos entre nós. Os nossos Tapas dão, porém, informações precisas sobre o seu país, tanto em relação aos povos que os cercam como em relação à sua capital Rabba sobre a Níger, muito popular e conhecida entre eles. Maometanos Como os Haussás de quem são vizinhos em África e de quem foram aliados ou quase irmãos na Bahia, é assim difícil separar a parte de cada um na influência e na ação que aqui sempre exerceram de comum.

Hoje os homens estão muito reduzidos de número, mas existem ainda algumas mulheres. Conservam a sua língua, embora, como os outros Africanos, conheçam e falem o nagô.

IX. BORNUS, *Adamauás*. Quase extintos também os Bornus, de que existem, todavia, ainda alguns homens e um certo número de mulheres. Conservam a sua língua, hábitos e costumes do país natal. Afirmam terem sido numerosos na Bahia. Os que ainda vivem são muçulmanos.

Consta-nos que vivem ainda dois negros Adamanás nesta cidade. Deles conheço o de nome Alexandre, que se pretende de sangue filanim e, de fato, de traços e fisionomia corretos e de tipo branco. Tomei dele uma fotografia. Alexandre é por demais metido a conhecer a história das colônias africanas. Informa que houve nesta cidade um número crescido de negros desta procedência. É male e sabe escrever versetos do Alcorão em árabe.

X. GURUNXIS, *Gurúncis ou Grúncis*. Desde os meus primeiros estudos sobre os africanos da Bahia, prendeu-me a atenção a existência de uma colônia preta, das mais numerosas hoje, e conhecida pela denominação de negros Galinhas. Acreditei de começo que se tratasse dos negros que na região da Serra Leoa são conhecidos dos Europeus por negros *Gallinas*, manifesta corrupção da palavra portuguesa *galinha*. Estes negros, que se revelaram sempre intrépidos guerreiros, ocupam as margens do rio *Galinha*



e o vale de Man. Mas desta suposição veio dissuadir-me a declaração explícita por parte de todos eles, de que a sua terra muito central demora a grande distância do mar. Repelem com energia a denominação de *galinhas* e dão da origem do apelido diversas explicações. Para a maior parte vem o nome dado pelos portugueses e Brasileiros, do modo por que eles dançam, abrindo os braços e inclinando-os com o tronco para a frente no sentido e à imitação do movimento de proteção que executam as galinhas para abrigar os pintainhos de qualquer assalto. Diversa é a versão dada por outros. São de nação muito bravia e indomável e por isso, ao serem entregues os primeiros carregamentos de negros da sua terra, sucedeu escaparem e fugirem alguns dos negros novos que se precipitaram de elevada janela. Isto fez dizer ao comprador que não queria daqueles negros que voavam como galinhas. No entanto o que parece mais provável é que tenha vindo esta denominação de ter sido do Rio das Galinhas a procedência africana dada nos manifestos aos navios negreiros que os conduziram à Bahia. Já vimos que os portugueses tiveram em tempo um forte ou presídio na foz do Rio das Galinhas. E sabemos que da procedência dos navios negreiros é que se ficaram chamando Minas os negros das mais diferentes nações africanas que embarcaram em São Jorge de Mina; assim como se chamaram Moçambiques os que eram conduzidos em navios desta procedência.

Devo confessar que, apesar do modo explícito por que davam o nome de sua terra (pronúncia entre *gurinci*, *grúnci* e *grúnxi*), por muito tempo vacilei em determiná-la. Dos *Gruncis* não se ocupa a *Geografia Universal* de Réclus, tão minudente, aliás, nem obras especiais sobre os negros superequatoriais como a de Abel Hovelacque, nem enfim as demais obras que a respeito pude consultar. Todavia, eram muito precisas as indicações fornecidas. O seu país fica, dizem eles, acima dos Ashantis, de cuja reputação de crueldade ainda falam com terror, ao lado dos Haussás que vêm traficar e abastecer-se nas suas feiras. Trata-se, pois, de uma zona africana, de fato, muito pouco visitada ainda hoje, quase de todo desconhecida até não há muito tempo, para além do país dos Kongs, nos domínios dos Mossis.

E tudo leva a crer que os *Grúnxis* baianos sejam os *Guruncis*, visitados e descritos pelo capitão Binger. A grande semelhança do nome do país, *Grúnxi* ou *Grúncis* e *Gurunci*; a vizinhança, e estreitas relações com os Haussás que ainda no tempo da expedição Binger assolavam os

territórios guruncis; os gilvases que, a partir das comissuras labiais, sulcam de cada lado as faces dos nossos Grúnxis, idênticos aos dos Guruncis de Lamá, observados por Binger; as relações com os Ashantis que capturaram e venderam aos negreiros os nossos Grúnxis; tudo justifica este modo de ver.

Não é fácil precisar de quando data a introdução destes negros no Brasil. É claro que foram dos últimos introduzidos pelo tráfico, pois que os que ainda vivem são hoje tão fortes quanto os Nagôs, Tapas, etc. Mas isso não impede que tivessem sido introduzidos de muito antes. Recentemente Binger verificou que no mercado de Kintampô se encontram à venda escravos Guruncis, procedentes da via Uá e Bualê. Mas de tempo muito remoto Vendi era afamado empório de tráfico humano, obrigado a um tributo anual de 1.500 escravos aos reis dos Ashantis e enviados à sua capital Cumassi. Dado mesmo que a grande massa destes escravos fosse consumida nas hecatombes religiosas e políticas daquele povo sanguíneo, é de prever que a cobiça do lucro e os interesses do comércio sempre conseguissem distrair escravos Guruncis para a exportação dos negreiros americanos. Vendi, Salaca, Kintampô, todos estes grandes empórios do tráfico estão diretamente ligados de um lado a portos marítimos no Golfo de Guiné e de outro com o país dos Kongs, Mossis e Guruncis. Como mostrou Binger, uma linha quase reta partindo de Gá ou Christianburg, e passando por Cumassi, Coranza vai ter a Kintampô. De outro lado de Kintampô pode-se ir ter aos Guruncis seja por Uá e Bualê, seja por Salaga, Yendi.

Tal foi seguramente a via que seguiram os Guruncis ou Gruncis quando exportados Como escravos para a América. Convém notar que já em 1533 os portugueses tinham enviado da Costa do Ouro uma embaixada ao rei dos Mossis.

Como quer que seja, os negros Guruncis, cuja existência na África tão pouco se sabe ainda, existem ainda hoje no Brasil para onde foram exportados Como escravos pelo menos na primeira metade do século XIX. Constituem eles uma pequena colônia de velinhos, que conservam a sua língua e muitos dos seus costumes nacionais e convivem a maior parte

reunidos durante o dia, a tecer cestas e chapéus, no *canto* ou *quina* dos Arcos de Santa Bárbara, como mostra a fig. 4<sup>6</sup>.

XI. OS FULÁS ou *Filanins*. É crença que os *Fulás* ou *Fulbi* (plural de *Fulo* ou *Pulo*), povos pretos de raça branca do ramo Chamita ou de todo não vieram para a América como escravos, ou só vieram em número muito reduzido. É o que se afirma pelo menos para os Estados Unidos e as Antilhas.

No entanto, as minhas investigações sobre este ponto deixam fora de dúvida que o Brasil recebeu como escravos não só os Fulás verdadeiros, como mestiços desta raça. De duas procedências distintas os recebemos nós. Os portugueses introduziram no Brasil sob a denominação muito conhecida de *pretos-fulos*, para distinguir dos *Fula-Fulas*, isto é, dos Fulás puros ou verdadeiramente Fulás, mestiços Fulbi provenientes da Senegâmbia, da Guiné portuguesa e costas adjacentes. Estes mestiços provinham do cruzamento dos negros da Senegâmbia com os Peuls ou Fulbi e mais positivo encontro os seus vestígios nas tradições dos escravos das antigas províncias do norte do Brasil, do que na memória dos negros da Bahia. Não consegui apurar se com estes *pretos-fulos* ou mestiços fulbi e desta procedência entraram também no Brasil os *Fula-Fulás* ou Fulás puros do Futa-Djalon

Menos incerta é a procedência oriental dos escravos *Filanins* introduzidos no Brasil. Com os Haussás e sob esta denominação de *Filanins*, entraram seguramente na Bahia os verdadeiros Fulbi ou Fulás. Se eles já não existem mais, vivem ainda muitas pessoas que conheceram aqui na Bahia, entre os africanos importados pelo tráfico, *Filanins* puros, de cor cóbrea avermelhada, de cabelos ondedos quase lisos. Estou informado de que um dos últimos faleceu há alguns anos em Santo Amaro, onde se fizera um tipo popular, de rua, muito conhecido, levando vida de vagabundo em contínua embriaguez. Antigos senhores de escravos, como os Alufás desta cidade, são acordes em informar que, embora em número relativamente reduzido, houve na Bahia muitos *Filanins* puros. E estes Alufás que, pela maior parte, se pretendem descendentes dos Fulás e se crismam de *Filanins*, conhecem perfeitamente os caracteres físicos da raça Peul e fazem notar que os Fulás verdadeiros nem eram pretos como eles, nem tinham Como

<sup>6</sup> Não encontramos esta figura. (Nota de H. P.)

eles os cabelos carapinhas. São os caracteres antropológicos em que mais insistem como peculiares aos verdadeiros Fulbi.

Esta distinção na procedência dos Fulbi introduzidos como escravos no Brasil pelo tráfico está de perfeito acordo com a distribuição desta raça na África. Binger acredita mesmo que as duas frações ocidental e meridional dos Fulás representam uma divisão muito antiga da raça.

Vindo de leste, a corrente Fulá foi detida, na sua progressão para o Oeste, na região dos Garamantes e aí se desdobrou em dois ramos. O que se dirigiu para o sul, mais recente, estendeu-se pelo Zabermá, Haussá, Bornu, Adamauá, Zurmá e Bussangsi. Deste ramo recebemos no Brasil os *Filanins* do Haussá.

O ramo mais antigo que se dirigiu para Oeste, estabelecido no Gharnata, do Duentsá e Djimbalá conservou-se no arco de Niger até a destruição do império de Ghenata em 1497 pelas vitórias de Askia. Nessa época e por esse motivo emigraram eles para o Futa-Djalon, Ferlô, Fridu, Bunum, estendendo-se aos domínios dos Yalofs e Sereres, etc.

Deste ramo devem ter vindo para o Brasil e de época bem remota, procedentes da Senegâmbia, os mestiços de Fulás com os Mandingas, que os portugueses chamavam *Pretos-Fulos* e os Franceses chamam *Toucouleurs*.

No entanto acreditam certos, sob a autoridade de Barth, que a emigração dos Fulbi, através da África, primitivamente de leste a Oeste, sofre nos tempos modernos um refluxo em sentido contrário e que os *Filanins*, fundadores dos impérios de Massina e Haussá, vieram, de torna viagem, das margens do Senegal.

Qualquer das interpretações pressupõe igualmente a unidade da raça nos seus dois ramos e, com uma ou com outra, temos subsistirá sempre o reconhecimento de duas procedências para os Fulás que vieram ter ao Brasil, uma ao Oeste e outra a leste do Niger.

XII. OS MANDINGAS ou Mandês. Não existe mais na Bahia, que me conste, um só negro propriamente Mandinga. Dos outros ramos da família, apenas sei da existência de alguns negros Solimas. O velho solima Valentim, que estacionava em frente ao edifício do correio e acaba de falecer, pretendia ser mais propriamente Nangóbá, vizinho e aparentado dos

Solimas e Krus. Do seu país à Serra Leoa são apenas cinco dias de viagem por mar. Na tradição, como no conhecimento direto de pessoas que com elestrataram, conserva-se a lembrança não só de muitos negros Mandingas propriamente ditos, como dos negros Sussus, que são outro ramo importante desta família negra. O termo Sussu de frequente aparece nos cantos populares e ainda há poucos anos esteve muito em voga na Bahia<sup>7</sup>.

Pretendia o velho solima Valentim que dos Krus somente tinham vindo à Bahia alguns marinheiros dos navios do cabo telegráfico inglês. Posto que os Krus sejam, de fato, muito refratários ao regime do cativo, só a eles pode convir a referência a negros Grumans que encontro em documentos do século XIX. Com efeito, os Krus são chamados Krumen, designação inglesa, donde veio certamente o termo Gruman.

No Brasil persistiram os termos *mandinga* e *mandingueiro* na acepção de *feitiço* e *i*.

XIII. NEGROS BANTUS. Dos negros Bantus só encontrei na Bahia uns três Congos e alguns Angolas. Sei, porém, que moram alguns negros austrais em pequenas roças nas vizinhanças da cidade, em Brotas, no Cábula. Os que conheço pessoalmente falam a sua língua e mais o nagô. Com dados tão insuficientes nada posso dizer de conhecimento próprio sobre estes negros que, pelo número avultadíssimo em que estiveram no Brasil e pelos reais serviços prestados ao desenvolvimento material do país, merecem a maior atenção.

Nestas condições, para aqui traslado o estudo de Spix e Martius, feito em 1817 e ainda hoje o único na espécie que possuímos.

Os portugueses, escrevem eles<sup>8</sup>, são entre todas as nações os que tem o mais desenvolvido tráfico de escravos. Estabelecidos há mais de três séculos em diversos pontos da costa africana, fundaram aí o seu domínio muito mais firme do que geralmente se pensa, e as suas

<sup>7</sup> Nos seguintes versos populares, que ali muitas vezes ouvimos:

Sussu sossegue,  
Vai dormir seu sono,  
Deixe o amor dos outros  
Que já tem seu dono.  
(Nota de H. P.)

<sup>8</sup> Spiz und Martius: *Reise in Brasilien*. Zweiter Theil, pág. 664.

principais colônias no Reino de Angola, das quais se considera soberano Sua Majestade Fidelíssima, em Benguela, Moçambique e nas Ilhas da Guinéia, Fernando Pó, Ilha do Príncipe, de São Tomé e do Ano Bom, são organizadas inteiramente como as colônias das Índias Orientais ou como o Brasil o era antes da chegada de D. João VI.

A coroa de Portugal acha-se em relação de Protetora ou Aliada para com muitos príncipes do interior da África Central; o tráfico de escravos é feito não somente na costa como também no mais profundo interior, por grande número de portugueses, por mestiços de origem portuguesa e por negros nascidos em colônias portuguesas. Entre a cidade São Felipe de Benguela, uma dependência de Angola, na qual residem um governador da categoria de major e um Juiz de Fora, e os presídios Caconda, Ambaque, Canjango, etc., situados ao sudeste e a leste, moram nos sadios planaltos muitos colonos portugueses, os quais das extensas plantações obtêm víveres para os futuros escravos e exercem, além do vergonhoso tráfico humano, o de marfim, cera, enxofre, etc.. Esses sertanejos são obrigados algumas vezes a estender as suas correrias até o centro da África e por sobre as suas – fazendas destruídas diversos portugueses empreendedores são impelidos de São Felipe de Benguela, através o continente, até Moçambique. Os escravos por eles aprisionados pertencem às tribos dos Cazimbas, Schéschés e Schingas; homens das mais resolutas raças etíopes, de compleição robusta e estatura pouco elevada, de cor negra retinta, estendendo-se muitas vezes a cor da pele até aos lábios, de caráter decidido e tendente à perseverança em todas as empresas e ao excesso nas paixões, quer amor, quer ódio. São embarcados em São Felipe de Benguela e em Novo Redondo.

Do mesmo modo mantêm forte comércio com as regiões orientais situadas entre 11° e 9° s. B. até o interior do continente, ao portugueses de São Paulo de Loanda, capital do Reino de Angola, onde residem um Governador Geral e um Ouvidor e onde se conta uma população de setenta mil habitantes. Os escravos embarcados em Angola e de ordinário denominados somente Angolas, descendem das tribos dos Ausazes, Pimbas, Schingas, Tembas e, à exceção dos primeiros, são mansos, mais civilizados e estão mais familiarizados com a língua portuguesa do que os outros. Ao norte dessas regiões o denominado Reino do Congo é muito frequentado pelos traficantes de escravos, os portugueses, porém, não tem aí nem domínio nem colônias próprias, mas ancoram os seus navios na baía de Cabinda.

Aí recebem eles os escravos que lhes são trazidos das províncias do norte, Loango e Cagongo, e vão buscar outros dos portos do Rio Zaire ou Congo, onde os negociam com os chefes do lugar.

Os negros que são enviados daí para o Brasil chamam-se comumente Cabindas ou Congos. Estes são um pouco mais fracos de baixos do que os acima mencionados, de cor menos preta, muitas vezes os traços do rosto diferem de um modo notável do tipo etíope. São muito apreciados por serem aptos para a lavoura.

Da costa oriental da África (Contracosta) trazem os portugueses, sobretudo desde a restrição do tráfico na parte norte da Guinéia, muitos negros para o Brasil. São arrastados do profundo centro da África para Moçambique e pertencem principalmente às nações Macuas e Anjicos. Estão longe de ser tão bem conformados e tão fortes como os negros de Cabinda e Angola; também são menos pretos, mais preguiçosos, mais estúpidos e não tem tão boa índole. Assimilam-se somente com dificuldade no Brasil e são menos empregados no serviço doméstico do que na agricultura. Antigamente vinham para Pernambuco, Maranhão e Pará, negros das ilhas de Cabo Verde, de Cacheu e Bissao; atualmente, porém, cessou quase de todo esse tráfico; raramente também são importados escravos do Governo de São Tomé, onde é considerável o número de negros livres e onde se encontram também escolas para os pretos e um seminário para padres pretos, sob a direção do bispo do lugar.

Destas informações de Spix e Martius procedeu com certeza a crença tão arraigada hoje de que tivessem sido bantus todos os escravos negros utilizados no Brasil. É que a notícia dos ilustres viajantes e cientistas devia naturalmente conservar o seu prestígio do primeiro ensaio de um estudo etnográfico regular sobre os negros exportados da África para o nosso país. Mas nele Spix e Martius não dizem palavra dos negros sudaneses, porque, não conhecendo ou conhecendo mal o português e provavelmente não possuindo as línguas africanas, não fizeram estudo e observação direta sobre os negros, limitando-se a aplicar a todos os escravos as informações que haviam colhido de traficantes portugueses, empregados no comércio de escravos do Sul da África. De fato, como já mostramos, era elevadíssimo o número dos negros sudaneses na Bahia quando Spix e Martius passaram por esta província no começo do século XIX.

Se as indicações de Spix e Martius sobre principais procedências dos nossos negros austrais são claras e devidamente apreciam essas procedências de Benguela, Angola, Cabinda e Moçambique, devemos confessar que, à exceção dos Macuas, as denominações etnográficas por que designam os povos destas regiões, tiradas provavelmente de trabalhos alemães, não correspondem às empregadas nos melhores estudos modernos sobre estes negros, sejam ingleses, americanos, ou portugueses.

Na carência de estudos regulares sobre os escravos bantus introduzidos no Brasil, feitos oportunamente, e na impossibilidade atual de reconstituir esse passado, acreditamos que nos teremos de contentar hoje com a certeza das designações regionais. Estas são: *a)* de negros de Angola ou Ambundas, dentre os quais se destacam nas tradições dos nossos africanos ou Cassanges, Bángalas ou Inbángalas, e em que talvez os modernos Dembos sejam os Tembas de Spix e Martius; *b)* os negros Congos ou Cabindas, procedentes do estuário do Zaire; *c)* os negros de Benguela, de que só conhecemos esta designação regional e nenhum dos nomes de tribos mencionados por Martius; *d)* os negros de Moçambique, em que foram bem conhecidos os Macuas, mas não encontro vestígios dos que eles chamam Anjicos.

Ainda assim, estes conhecimentos são muito gerais, sem se poder precisar o modo por que foram destruídos no Brasil os negros destas procedências. Todavia, há circunstâncias que levam a pensar numa predominância de algumas destas procedências nesta ou naquela zona da vastíssima colônia portuguesa.

Já vimos que a eleição de um rei do Congo, filiado à irmandade de N. S. do Rosário, em Pernambuco e nas capitânicas do norte, deixa a impressão de terem predominado ali, pelo menos em certa época, os negros Congos ou Cabindas. Ora, verificamos recentemente que, na irmandade de N. S. do Rosário de São Paulo, a eleição não era de rei do Congo, mas de rei e juiz de Angola.

No livro dos *Termos de eleição de 1721 a 1876*, da Irmandade de N. S. do Rosário, dos Pretos, de São Paulo, verifiquei que de 1721 a 1735 se elegeram ali juiz e juíza da festa e de 1726 em diante se elegeram, além de juiz e juíza, rei e rainha. Até 1729 parece que a irmandade era somente ou principalmente de Angolas, pois, em 1790, começou a concorrência dos

negros crioulos, sendo nesse ano eleitos um juiz e uma juíza angolas, um juiz e uma juíza crioulos.

Quando se reflete na feição teocrática, que a influência da igreja católica sobre os governos europeus conferia, século atrás, a toda a administração, não se pode desprezar o valor de se atribuir aos Negros um santo protetor especial. Ora, a atribuição aos Angolas do culto de N. S. do Rosário é muitas vezes secular. Já em 1697, o livro do Jesuíta Pedro Dias: *Arte da Língua de Angola* era “oferecido á virgem Senhora do Rosario, may e senhora dos mesmos pretos”.

XIV. USOS E COSTUMES. Aqui apenas nos havemos de referir a alguns dos usos negros mais peculiares aos africanos e que servem ainda hoje para pô-los em destaque na população brasileira. Dos usos quase assimilados por esta, nos ocuparemos nas sobrevivências africanas.

Os negros crioulos, em particular as mulheres, adotaram e conservam vestuários de origem africana. As operárias pretas usam saias de cores vivas, de larga roda. O tronco coberto da camisa é envolvido no *pano da Costa*, espécie de comprido xale quadrangular, de grosso tecido de algodão, importado da África. O *pano da Costa* passa a tiracolo, sobre uma espádua, por baixo do braço oposto, cruzadas na frente as extremidades livres.

Na cabeça trazem o torso, triângulo de pano cuja base cinge a circunferência da cabeça, indo prender-se as três extremidades na parte posterior ou nuca.

Este vestuário, sobretudo usado pelas negras da Bahia, valeu-lhe no resto do país o qualificativo de *baiana*, dando a expressão popular; uma mulher vestida à *baiana*, ou uma *baiana*.

O uso do torso obriga às mulheres, que não tem cabelos carapinhos, a trazê-los cortados cerce, eliminando assim os penteados. Nos Estados do Norte, porém, as negras que tem cabelos mais longos trazem penteados complicados. A cabeça fica repartida em um número às vezes crescido de zonas distintas e, quando para dar relevo ao penteado buscam o auxílio de pequenas almofadas ou coxins, alongados, o preparo da cabeleira se converte num trabalho artístico de execução bem demorada.

As negras ricas da Bahia carregam o vestuário à *baiana* de ricos adornos. Vistosos braceletes de ouro cobrem os braços até ao meio, ou

quase todo; volumoso molho de variados berloques, com a imprescindível e grande figa, pende da cinta. A saia é então de seda fina, a camisa de alvo linho, o pano da Costa de rico tecido e custosos lavores; completando o vestuário especiais sandálias que mal comportam a metade dos pés.

Os operários negros conservam o hábito de vestes brancas, de grosso tecido de algodão, calça e camisa justa e curta, que lembra os *camisus* nagôs.

Os africanos tornaram habitual nas operárias baianas a condução dos filhinhos atados às costas em larga toalha.

A arte culinária no Brasil também recebeu e conserva dos hábitos africanos uma feição muito especial. É ainda na Bahia que mais acentuada ela se revela. Grande e o número dos pratos ou iguarias, de reputação feita, tomados aos Negros, embora hoje muito alterados da sua simplicidade primitiva. Dentre os mais reputados, podemos mencionar: 1º, o *vatapá*, espécie de purê ou quase pasta, preparado com o pó do arroz, ou outra farinha, a que incorporam camarão pisado, ou galinha, carne ou peixe, tudo banhado em alta dose de azeite de dendê e fortemente apimentado; 2º, o *caruru*, espécie de sopa grossa, feito de quiabo, língua de vaca, ou folha de taioba, com muito azeite de dendê e pimenta, a que se incorpora igualmente camarão, peixe, carne ou galinha; 3º, o *bobó*, outra espécie de sopa seca, feita de inhame ou fruta-pão, batida com azeite de dendê, camarão e pimenta; 4º, *efó*, ainda uma sopa seca, preparada de folha batida, com camarão, galinha, ou carne; 5º, o *acarajé*, pasta ou bolos, feito de feijão branco ou amarelo, ralado com pimenta e mais condimentos, o bóio é frito em azeite de dendê; 6º, o *abará*, que é o mesmo bolo envolvido em folhas de bananeira, cozido em água e sal, em vez de ser frito em azeite; 7º, o *mugunzá*, massa de milho branco, cozido com água, sal e coco; em vez de pasta, faz-se o *mugunzá* sob a forma de purê com caldo açucarado; 8º, o *acaçá*, pasta de pó de milho em água e sal; 9º, o *aberem*, espécie de *acaçá* com açúcar; 10º, o arroz de *Haussá*, arroz cozido em pasta, sem sal, sobre o qual deitam carne seca cortada em pedacinhos e molho de pimenta, azeite de dendê, etc.; 11º, os *cuscus*<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> *Cuscus* tem origem árabe. Veja-se Frei João de Sousa, *Vestígios da Língua Árábica em Portugal*, Lisboa, 1830, pág. 118: “Cuscus. Coscus. Certa comida de todo o povo de África, feita de farinha. Em Portugal é conhecida. “Bluteau”. Cfr. também Eguilaz y Yanguas.

No estado atual dos hábitos e costumes dos negros brasileiros torna-se difícil saber ao certo a que povos africanos pertenciam essas diferentes iguarias, quais as introduziram no Brasil. Todavia a sua preponderância na Bahia, a designação expressa do país originário no caso do arroz de Haussá, etc. nos leva a crer que pela maioria devem ter provindo dos negros sudaneses.

É de notar como a base de todos estes preparados repousa na tríade do azeite de dendê, a pimenta e o milho ou o arroz.

---

*Gloss.*; e Roman (80 v.), que escreve *cuzcuz*. Frei João Alvarez (*Crônica do Infante D. Fernando*, Coimbra, 1911, pág. 95), ao referir os sofrimentos do príncipe português entre os mouros, conta: "... e seu mantimento era hordenado hua oytava de farinha, que a comem como qujsesem; e aas vezes lhes danam alghuua daquela vianda a que chamam *cozcuz*, quando ficaua da outra jente". E Gil Vicente (*Obras Completas*, reimpressão fac-similada da edição de 1562, Lisboa, 1928, p. CCXXIII v.):

Logo sereis auado  
Deos querendo myto pestes  
Porque aquelle que me destes  
Em *cuzcuzo* o comeo ella.  
(Nota de H. P.).